

ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL EM FOCO: REVISITANDO O USO DOS PRONOMES OBLÍQUOS EM GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

PORTUGUESE AS AN ADDITIONAL LANGUAGE TEACHING IN FOCUS: REVISITING THE USE OF OBJECT PRONOUNS IN BRAZILIAN PORTUGUESE GRAMMARS

Luiza Ujvari Pabst¹

luiza.pabst@gmail.com

Gabriel de Ávila Othero²

gab.othero@gmail.com

Resumo: Considerando a proeminência que o Brasil obteve no cenário econômico internacional nas últimas décadas e a consequente expansão do ensino de Português como Língua Adicional (PLA) no mundo, é necessário pensar de forma mais criteriosa sobre o ensino de PLA que é oferecido no Brasil. Assim, várias questões ainda sem resposta surgem constantemente para os professores brasileiros de PPE, como a questão da variação linguística (muito presente no Brasil), ponto central nas mais diversas discussões sobre o ensino de línguas. Desse modo, após discorrer brevemente sobre a norma culta no Brasil, analisamos duas gramáticas de PB (PERINI, 2010; BAGNO, 2012) em um ponto gramatical polêmico para o ensino (o uso dos pronomes oblíquos), a fim de tentar determinar qual das gramáticas traz a melhor abordagem para auxiliar o professor no ensino desse tópico aos alunos de PLA.

Palavras-chave: Ensino de português como língua adicional. Variação linguística. Gramática.

Abstract: Considering the prominence Brazil obtained in the international economic environment in the last decades, and the consequent expansion of Portuguese as an Additional Language (PAL) teaching in the world, it is necessary to think more carefully about the PAL teaching that is offered in Brazil. Thus, many questions which do not have an answer yet constantly arise to the Brazilian teachers of Portuguese as an Additional Language, such as the language variation issue (very present in Brazil), a central point in many discussions about language teaching. Then, after disserting briefly about a Portuguese variation in Brazil, we will analyze two Brazilian Portuguese grammars (PERINI, 2010, and BAGNO, 2012), in one polemic teaching point (the use of object pronouns), in order to determine which of them brings the better approach to help the teacher in teaching this topic to the PLA students.

Key words: Portuguese for foreigners teaching. linguistic variation. grammar.

¹ Mestre em Teoria e Análise Linguística pela UFRGS.

² Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e Professor Adjunto do Instituto de Letras da UFRGS.

1 Introdução

Ensinar português como língua adicional é um desafio à parte para qualquer professor, experiente ou não. Trabalhar nessa área significa lidar com a língua em uso no dia a dia e com a necessidade de ensinar português para quem vai utilizar a língua como instrumento de comunicação diária (muito diferente de ensinar análise – melhor dizendo, classificação e nomenclatura – dos itens da língua, como é de praxe no ensino de língua materna no Brasil). Ensinar português como língua adicional também significa refletir sobre a estrutura e o uso da língua.

Inevitavelmente, os professores que se dedicam a essa tarefa se deparam com alguns problemas, como, a título de ilustração, a grande diferença existente entre a língua menos monitorada e a língua mais monitorada, entre a norma e o uso; as divergências existentes na abordagem dos gramáticos sobre a norma dita *culta* ou *padrão*; e a própria definição dessa mesma norma. Normalmente, um estrangeiro que vem ao Brasil, por exemplo, busca aprender o *português culto* utilizado cotidianamente entre os brasileiros, falantes nativos letrados. Dadas essas questões, muitas vezes esses professores se veem sem resposta às perguntas dos seus alunos e às suas próprias perguntas – afinal, **que português ensinar ao aluno de PLA?** Essa é uma questão ampla, que já foi abordada por muitos autores³. Neste artigo, limitar-nos-emos a investigar um único ponto gramatical do português brasileiro (PB): o uso dos pronomes oblíquos. Os objetivos deste texto são os seguintes:

- a) discutir o conceito de *norma culta* do PB, visando refletir sobre as variedades linguísticas que são utilizadas pelos brasileiros no dia a dia e a variedade que é ensinada para o aluno de PLA;
- b) discutir as análises dos pronomes oblíquos apresentadas em duas gramáticas recentes do PB (PERINI, 2010, e BAGNO, 2012), tendo em vista uma descrição que seja adequada para o ensino de português a esse público.

Afinal, que norma do português ensinar para o estrangeiro ou falante não nativo que pretende viver, trabalhar e se comunicar no Brasil? Em relação aos pronomes oblíquos – e a outros pontos gramaticais que não são objeto deste texto – será que temos gramáticas recentes

³ Ver Pabst (2012).

que contemplam análises condizentes com o uso de uma variedade do PB que seja, ao mesmo tempo, de prestígio e de uso corrente entre os falantes nativos?

2 A norma culta no Brasil

A preocupação em tentar definir o que é a *norma culta* do português brasileiro surge da necessidade de determinar *qual português*, isto é, qual variedade da língua seria a mais adequada para ensinar ao aluno de PLA. É certo que, ao lidar com estudantes que são falantes nativos, o professor tem à sua disposição muitas amostras de língua viva para compartilhar com seus alunos, tem muitas variedades a explorar e diversas discussões para serem feitas em sala de aula. No entanto, como lidar com todas essas variedades do PB quando o aluno não é falante nativo? Ao mesmo tempo em que sabemos da indiscutível importância de ensinar a norma culta, também sabemos que, por exemplo, um estrangeiro, quando no Brasil, depara-se com inúmeras situações em que o conhecimento da norma dita *popular*, ou *substandard*, será essencial para que ele consiga se comunicar, entender e ser entendido.

Outro problema que figura nessa situação é a própria definição de *norma culta*. Segundo Rey (2001, p. 116), há dois conceitos implícitos na palavra *norma*:

Antes de toda a tentativa de definir a “norma”, a consideração lexicológica mínima descobre por trás do termo dois conceitos, um atinente à observação, o outro à elaboração de um sistema de valores; um correspondente a uma situação objetiva e estatística, o outro a um feixe de intenções subjetivas. A mesma palavra, utilizada sem precaução, corresponde ao mesmo tempo à ideia de média, de frequência, de tendência geralmente e habitualmente realizada, e à de conformidade a uma regra, de juízo de valor, de finalidade designada.

Pensando aqui em *norma culta* como aquilo que é *normal* (não *normativo*) em relação à variedade utilizada pelos brasileiros falantes nativos, escolarizados, no dia a dia, parece complicado determinar que norma é essa. Que expressões e construções fazem parte, de fato, dessa norma? E que língua é essa que todos brasileiros falam e todos brasileiros compreendem, do norte ao sul e sudeste, do nordeste ao centro-oeste? O que é “universal” perante as imensas variedades regionais, sociais e situacionais existentes no Brasil? Os limites entre a norma *substandard* e a *norma culta* são mais próximos do que a gramática normativa faz crer, e as pessoas cada vez mais fazem uso de formas *populares* em *situações cultas* (na escrita, por exemplo).

Como definir, portanto, o que está adequado, ou não, mesmo considerando a situação comunicativa e o gênero discursivo? Faraco (2007) diz que existe uma *instabilidade*

terminológica nos textos dos próprios linguistas em relação a essa norma, já que nenhuma nomenclatura foi oficialmente fixada até agora. O que acontece é que, além de haver essa confusão terminológica, isso acaba, muitas vezes, numa confusão conceitual. Faraco (2007, p. 5) afirma que

Os linguistas, ao estudar a variação sociolinguística, detectam a existência de variedades sociais a que se atribui o qualificativo *cultas*. São, em geral, as variedades que ocorrem em usos mais monitorados da língua por segmentos sociais urbanos, posicionados do meio para cima na hierarquia econômica e, em consequência, com amplo acesso aos bens culturais, em especial à educação formal. Trata-se daquilo que é *normal*, recorrente, comum na expressão linguística desses segmentos sociais, em situações mais monitoradas. Em outros termos, trata-se daquilo que é efetivamente praticado por falantes desses segmentos sociais (daí ser corrente acrescentar, nas discussões, o qualificativo *real* – norma culta real – quando se faz referência a essas variedades).

Assim, o autor define a chamada *norma culta* como o *normal* praticado pelas classes sociais médias-altas da nossa sociedade, diferenciando essa norma do que ele chama, então, de *norma-padrão*:

[...] a norma padrão – quando existe em uma determinada sociedade – é um construto idealizado (não é um *dialeto* ou um conjunto de *dialetos*, como é a norma culta, mas uma codificação taxonômica de formas assumidas como um modelo linguístico ideal). Em geral, a fixação de um certo padrão responde a um projeto político que visa impor uma certa uniformidade onde a heterogeneidade é sentida como negativa (como *ameaçadora de uma certa ordem*). (FARACO, 2007, p. 5.)

O pesquisador ainda afirma que, dentro do que se chama, portanto, *norma culta*, há que se diferenciar dois níveis em relação a essa mesma norma:

Observa-se também que a **expressão culta escrita** difere, em certos aspectos, da **expressão culta falada**. Ela é, em certo sentido, mais conservadora, embora seja cada vez mais visível a entrada na escrita de estruturas antes apenas comuns na fala culta, como se pode ler em Scherre (2002) e Bagno (2003) [2007]. (FARACO, 2007, p. 5, grifo nosso).

Ao que diz respeito à tentativa de definição da *norma culta falada* no Brasil, é preciso destacar o importante papel do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (projeto NURC). O resultado do projeto foi uma documentação da variante culta do português falado no Brasil em cinco capitais (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), **sendo considerando “culto” o falar de cidadãos escolarizados com terceiro grau (Ensino Superior) completo**. A partir da descrição realizada pelo NURC, surgiu o projeto de desenvolvimento de uma *Gramática do Português Falado*, proposto pelo próprio Ataliba

Teixeira de Castilho no II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1987.

Ainda que contemplando os dados de apenas cinco capitais principais, o projeto possibilitou o desenvolvimento do notável trabalho de uma equipe de linguistas ligada ao professor Ataliba Castilho. Em 2002, foi publicado o resultado do projeto NURC, com o primeiro volume da *Gramática do Português Falado* e, em 2010, Castilho lançou sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, na qual pretende descrever o português culto falado no Brasil, de acordo com o corpus do projeto NURC e de outras pesquisas relacionadas. Assim, na introdução de sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, Castilho (2010, p. 31 – 32) salienta:

Não se trata, entretanto, de uma gramática escolar usual, delas se afastando pelas seguintes características: Esta não é uma gramática-lista, cheia de classificações, em que não se vê a língua, mas uma gramática. Em lugar disso, procuro olhar o que se esconde por trás das classificações, identificando os processos criativos do português brasileiro que conduziram aos produtos listados. Esta não é uma gramática ateórica. Nada poderemos fazer em matéria de pesquisa linguística se não dispusermos de alguma teoria, pois lidamos com um objeto escondido em nossas mentes. Teorias linguísticas há muitas. Mas faz falta uma teoria que postule a língua em seu dinamismo, como um conjunto articulado de processos. Enfrento esta questão nesta gramática. [...] As gramáticas resultam habitualmente do trabalho individual, fundamentando-se na língua literária. Também aqui esta gramática tomou outro rumo. Para começo de conversa, não acho que os escritores trabalhem para nos abastecer de regras gramaticais. Eles exploram ao máximo as potencialidades da língua, segundo um projeto estético próprio. Ora, as regularidades que as gramáticas identificam devem fundamentar-se no uso comum da língua, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia. Isso não exclui a fruição das obras literárias, mas é uma completa inversão de propósitos fundamentar-nos nelas para descrever uma língua.

Outra definição de norma culta do PB pode ser vista no *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (DUPB), que se baseia em um corpus da *norma culta escrita*. O autor considerou os dados empíricos desse corpus para determinar as entradas de seu dicionário, bem como suas definições e exemplos de uso:

O *Dicionário de usos do português do Brasil* se apresenta como um dicionário da língua escrita no Brasil na segunda metade do século XX. A preocupação de registrar o uso efetivo do sistema linguístico, num período e local bem determinados, torna-o, em vários aspectos, diferente das outras obras do gênero. O conjunto das entradas foi estabelecido a partir de um *corpus* da língua escrita em prosa no Brasil a partir de 1950, num total de 70 milhões de ocorrências de palavras em textos de literatura romanesca, dramática, técnica, oratória e jornalística, com absoluta predominância dessa última, por ser aí que as palavras mais circulam. (BORBA, 2002, p. V.)

Assim, ainda que o autor não fale em *norma* de maneira explícita, podemos inferir, através da determinação do corpus do seu trabalho, o que ele considera *norma culta* – neste caso, a *norma culta escrita*, correspondente ao corpus por ele descrito.

Consonante às ideias do DUPB, foi encontrada também a *Gramática de usos do português brasileiro*, de Maria Helena de Moura Neves. Dela podemos depreender como a autora entende o conceito de norma culta. Na apresentação da obra, a linguista afirma que essa gramática foi elaborada utilizando um corpus referente à *norma culta escrita* (o mesmo utilizado por Borba no seu *Dicionário de usos do Português do Brasil*):

Os usos são observados em uma base de dados de 70 milhões de ocorrências que está armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – Campus de Araraquara, a mesma que serviu à organização do *Dicionário de usos do português*, que acaba de ser elaborado por uma equipe coordenada por Francisco da Silva Borba, do qual Maria Helena de Moura Neves é coautora. Esse *corpus* abriga textos escritos de literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, o que garante diversidade de gêneros e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação, incluindo a interação, sendo notável a representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem as peças teatrais. Infelizmente, como se sabe, não há disponível, no Brasil, nenhum banco de dados representativo da língua falada contemporânea. (NEVES, 1999, p.14.)

Esse corpus, ainda que tenha referências a *simulações* da língua menos monitorada, é predominantemente composto por registros da *norma culta escrita*. É a partir dele que a autora organiza sua obra, analisando os usos feitos pelos brasileiros dos itens lexicais e gramaticais de sua língua, estabelecendo noções de sentido e funções desses itens de acordo com o contexto em que são utilizados. Uma vez que o *uso* é o que norteia a análise realizada, a noção de norma culta empregada é aquela referente à língua viva entre os brasileiros, referente ao que é *normal* no uso feito pelos falantes cultos do português brasileiro no dia a dia, ou, ainda, referente ao que Faraco (2007, p. 5) chama de norma culta *real*. Como afirma Neves (1999, p. 13), utilizando também esse adjetivo para qualificar a norma culta escrita:

A *Gramática de usos do português* constitui uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil. Para isso, ela parte dos próprios itens lexicais e gramaticais da língua e, explicitando seu uso em **textos reais**, vai compondo a *gramática* desses itens, isto é, vai mostrando as regras que regem o seu funcionamento em todos os níveis, desde o sintagma até o texto. A meta final, no exame, é buscar os resultados de sentido, partindo do princípio de que é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função, e de que as entidades da língua têm de ser avaliadas em conformidade com o nível em que ocorrem, definindo-se, afinal, na sua relação com o texto. [grifos nossos]

Por fim, vemos na *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2012), de Marcos Bagno, outra definição de *norma*. As gramáticas normativas, via de regra, baseiam-se em usos

literários, normalmente antigos, para realizar sua *descrição* (isto é, *prescrição*) da língua portuguesa. Bagno afirma que “as gramáticas prescritivas [portanto] não podem servir de material pedagógico para quem ensina língua hoje, no Brasil, ou **para quem ensina PB como língua estrangeira**” (BAGNO, 2012, p. 104, grifos meus). Bagno defende que o modelo de língua a ser ensinado “seja baseado na realidade da nossa língua” (p. 104).

Bagno faz uso do conceito de **vernáculo**, tal como entendido pela Sociolinguística laboviana:

Para Labov, os dados mais preciosos para a investigação sociolinguística estavam na língua falada mais espontânea, menos monitorada, mais livre de coerções sociais e culturais, empregada em situações distensas, descontraídas. Essa língua falada maximamente espontânea e não monitorada é o que ele passou a designar com o termo inglês *vernacular*, que traduzimos por *vernáculo*. (BAGNO, 2012, p. 103).

O vernáculo é uma variedade da língua que expressa o falar não monitorado de um povo: “o vernáculo, portanto, como termo técnico da sociolinguística, tem essas características: é falado, é espontâneo, é informal, é não monitorado” (BAGNO, 2012, p. 104). E continua:

A metodologia desenvolvida por W. Labov tem sido empregada no Brasil há cerca de quarenta anos pelos linguistas interessados em obter o retrato mais fiel possível do nosso vernáculo. Todo esse volumoso banco de dados de língua falada vem servindo para a descrição da nossa língua em suas diversas variedades regionais, sociais, etárias, étnicas, de gênero etc. Graças aos resultados dessas pesquisas, já não é mais possível dizer, como há meio século, que o PB ainda é pouco conhecido e pouco descrito.

Bagno (2012, p. 105) ainda salienta que, além do *vernáculo*, existem variedades mais estigmatizadas, rejeitadas e evitadas pelos falantes das outras variedades, compostos por muitos traços que “*não fazem parte do vernáculo brasileiro mais geral*” (p. 105, grifo nosso), o que configura a chamada *norma popular*, que o autor prefere chamar de “variedades linguísticas estigmatizadas (VLE)” (p. 105). Como exemplo de *traços* que fazem parte do vernáculo brasileiro, o autor apresenta, entre outros, a pronúncia [o] para o ditongo [ow] em alguns contextos (como em [‘ho.pa] por [‘how.pa]; já como exemplo de *traços* que não fariam parte do vernáculo brasileiro o autor coloca a pronúncia [j] para o dígrafo escrito *lh*, como em [‘paj.a] por [‘pa.xa].

O fato é que temos, portanto, gramáticas como as de Bagno e Perini à nossa disposição no ensino de PLA, que podem auxiliar o professor no trabalho com a norma culta utilizada no dia a dia do brasileiro.

3 Análise de duas gramáticas do português brasileiro

3.1 Metodologia

A seguir, serão analisadas duas gramáticas do português brasileiro: a primeira, de Perini (2010), e a segunda, de Bagno (2012). O critério para a escolha dessas obras foi o fato de serem gramáticas bastante recentes e que levam *português brasileiro* no título. Esse critério foi estabelecido a fim de selecionarmos obras que fossem bastante *atualizadas* e que se ativessem de forma mais minuciosa na *descrição* da variedade *brasileira* da língua portuguesa. Ambas, de fato, possuem uma orientação bastante descritiva, o que nos interessa significativamente, considerando o ensino de PLA. A primeira delas (PERINI, 2010) foi lida integralmente pelos autores e objeto de estudo anterior (ver PABST & OTHERO, 2013); já a segunda, embora não tenha sido lida integralmente, dada a extensão da obra, foi analisada no ponto que nos interessava a partir de uma leitura atenta dos capítulos a ele relativos e já estudada em parte pela autora (ver PABST, 2012).⁴ Após a leitura, procedeu-se à discussão da abordagem de ambas gramáticas e à posterior escrita deste artigo.

3.2 Gramática do Português Brasileiro – Perini, 2010

Perini dedica um capítulo inteiro de sua gramática aos pronomes oblíquos (capítulo 9, p. 115 a 121). Na primeira parte (9.1, p. 115), o autor fala brevemente sobre os pronomes pessoais, salientando que alguns deles têm a forma oblíqua, como o pronome reto *eu*, que tem a forma oblíqua correspondente *me*, utilizada quando o pronome está em determinada função sintática. Em 9.2 (p. 115 – 118), o autor fala sobre os *objetos pronominais*, ou seja, sobre a forma oblíqua dos pronomes pessoais quando esses assumem a função de objeto do verbo. Nesse sentido, Perini aborda as formas oblíquas *me*, *mim*, *-migo*, *te*, *(-tigo)*, *(-ti)*, *(-lhe)*, *nos*, *-nosco* e *se* (reflexivo); *ele/ela*, *eles/elas* e *vocês* “são usados em todas as funções, sem mudança de forma” (PERINI, 2010, p. 116):

[1] Eu encontrei *ela* no cinema.

[2] Vou convidar *vocês* para o meu aniversário.

Perini ainda afirma que “*Você* tem a forma oblíqua *te*, mas esta é usada em concorrência com a forma reta, de maneira que se pode dizer *eu te amo* ou *eu amo você*,

⁴ Para saber mais sobre as obras tratadas neste artigo, ver os trabalhos já citados no corpo do texto: Pabst (2012) e Pabst & Othero (2013).

indiferentemente” (p. 116). Assim, como podemos ver, o autor claramente assume a colocação dos pronomes *ele(s)*, *ela(s)*, *vocês* e *você* em posição de objeto, afirmando que *você* pode ser usado em alternância com *te* – exatamente como são usados em PB e, ao contrário das gramáticas tradicionais, **não** fala sobre a existência dos pronomes oblíquos *o*, *a*, *os*, *as*.

A seguir, o linguista explica que as formas *-migo*, *-tigo* e *-nosco* são usadas aglutinadas à preposição *com*, formando uma palavra só, de acordo com o exemplo [3] (p. 117):

[3] O seu Pedro trabalha *conosco*.

e as formas *mim* e *ti* são usadas após outras preposições, de acordo com o exemplo [4] (p. 117):

[4] A Patrícia vai jogar *depois de mim*.

O autor faz, ainda, uma observação interessante sobre o uso das formas *mim* e *ti* com a preposição *entre*. Ele afirma que, normalmente, usam-se os pronomes retos com essa preposição, como no exemplo [5] (p. 117):

[5] A mesa fica **entre o diretor e eu / entre eu e o diretor**.

Porém, também seria possível usar *Entre mim e o diretor*, “embora pareça um tanto livresco” (p. 117), e “* *entre o diretor e mim* é totalmente inaceitável” (p. 117). Ou seja, em vez de dar como correta ou mais adequada a forma tradicional (que seria *entre mim e o diretor*), Perini a considera *livresca* e exemplifica como uso normalmente feito pelos brasileiros a forma normalmente desprestigiada *entre o diretor e eu*.

No próximo tópico, encontra-se a afirmação de que *me*, *te*, *lhe* e *se* são formas usadas na função de objeto, como nos exemplos (p. 117):

[6] A professora *me* cumprimentou.

[7] Eu queria *te* levar no concerto.

e também substituindo a preposição *para* + *pronome reto*, quando se trata de um complemento verbal, como nos exemplos (p. 118):

[8] Ela *me* deu um suéter;

[9] Eu vou *te* contar uma história incrível,

(casos em que também seria possível *ela deu um suéter para mim* para o exemplo [8] e *eu vou contar para você uma história incrível* para o exemplo [9]). O autor ainda afirma que, ocasionalmente, as duas variantes podem aparecer lado a lado na mesma oração, como em [10] e [11] (p. 118):

[10] Ela *me* deu *para mim* um suéter;

[11] Eu vou *te* contar *para você* uma história incrível,

com a ressalva de que “Essas formas redundantes parecem mais coloquiais, menos cuidadas que as outras; mas sem dúvida ocorrem com frequência” (p. 118).

Portanto, as únicas restrições, propriamente ditas, que o autor parece fazer em relação ao uso dos pronomes oblíquos, são quando as formas *me*, *te*, *lhe* substituem *para* + *SN* em adjuntos ou *para* + *SN* em complementos de nominais, afirmando que “todos os pronomes oblíquos se vinculam sintaticamente apenas a verbos, nunca a nominais” (p. 118). Portanto, são também agramaticais os exemplos marcados com * nas seguintes sequências, presentes também na página 118:

[12] A vida é uma festa *para o Rodrigo*.

[13] A vida é uma festa *para mim*.

[14] * A vida *me* é uma festa.

[15] O presente *para você* está na gaveta de cima.

[16] * O presente *te* / O *te* presente...

A questão da posição dos pronomes oblíquos na oração é tratada no tópico 9.3 de sua gramática, no qual o autor salienta que, pela lógica, eles deveriam assumir a posição própria do objeto na oração, se considerássemos os exemplos da página 119, na seção 9.3.1, intitulada *Regra Geral*:

[17] O Fernando ajudou *a mulher*.

[18] O Fernando deu um carro novo *para sua filha*.

Porém, não é isso que ocorre com os pronomes oblíquos. Nos casos em que o pronome oblíquo é o objeto de um verbo, ele aparece **antes do verbo**, como mostram os exemplos da página 119:

[19] O Fernando *nos* ajudou.

[20] O Fernando *me* deu um carro novo.

Assim, segundo o autor, a regra geral de colocação dos pronomes oblíquos em PB é “O pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona antes do verbo principal da oração” (p. 119). O pronome, como aponta Perini, pode até mesmo figurar no início da frase, o que é proibido para a gramática tradicional (p.119):

[21] **Me** empresta esse livro, por favor.

Ainda segundo Perini, “a regra menciona o **verbo principal** porque quando há um auxiliar, o oblíquo se coloca depois dele” (p. 119, grifo do autor). Os exemplos são:

[22] Meu filho tem *se* sentido mal.

[23] Papai vai *nos* levar ao aeroporto.

Os pronomes oblíquos com preposição (tópico 9.3.2 do capítulo) vêm logo após a partícula, havendo formas especiais só para os pronomes *eu* e *tu* (os correspondentes *mim* e *ti*), como já comentado, tendo, assim, os exemplos (p. 120):

[24] O Joaquim trouxe um quindim para mim.

[25] O Joaquim trouxe um quindim *para você / para nós / para elas...*

Para finalizar o capítulo, na seção 9.3.4, Perini menciona que os pronomes *tu* e suas formas oblíquas *ti* e *tigo* são usadas “em várias regiões, como no Sul e em grande parte da região Nordeste (embora não seja usada na variedade descrita neste livro, que é a do Sudeste)”. Afirma, também, que o pronome oblíquo *lhe* é utilizado apenas em algumas regiões (como equivalente a *te*) e que o pronome *vós* (*vos*, *-vosco*), originalmente plural de *tu*, não é mais usado nem mesmo na variedade mais monitorada.

Ainda sobre o assunto, Perini apresenta uma construção que é, também, muito usada pelos brasileiros, a “construção transitiva de objeto elíptico” (p. 104), em que existe um verbo transitivo, mas o objeto não aparece, ou porque é óbvio, ou porque não é necessário mencioná-lo, como no exemplo (p. 104):

[26] Ele quase nunca lê / come / escreve.

É uma construção que se observa no dia a dia dos brasileiros e que é mais comum do que a utilização do objeto expresso, seja ele um SN, um pronome reto, ou, com menor possibilidade, um pronome oblíquo. Perini apresenta, assim, uma descrição do uso e da colocação dos pronomes oblíquos **de acordo com o uso feito pelos brasileiros**, tornando seu material muito mais autêntico e coerente com o que se encontra em termos de norma culta no nosso país.

3.3 Gramática Pedagógica do Português Brasileiro –Bagno, 2012

Bagno afirma que, no PB, a regra de colocação do pronome oblíquo é uma **regra única**, a regra de próclise: “de tudo o que foi dito e exposto se depreende o seguinte: **regra única de colocação dos clíticos: PRÓCLISE AO VERBO PRINCIPAL**” (BAGNO, 2012, p. 762, grifo do autor). E ainda: “o clítico virá sempre antes do verbo do qual ele é complemento direto ou indireto” (p. 762). É o que se evidencia nos exemplos abaixo (p. 762):

[27] eu poderia *me alimentar* só de carne. (NURC POA/291)

[28] eu tenho ido a a a::... televisão fazer uns programas... ajudar um pessoal que que que tem *me pedido* para fazer programação da da de sucos do Lanjal. (NURC/SP/234)

Bagno ainda afirma que “no *corpus* do NURC-Brasil, das 160 ocorrências do clítico **me**, somente 5 não estão em próclise ao verbo principal – em outras palavras, a próclise se deu em 97% das ocorrências” (p. 762). O autor também traz uma observação interessante ao dizer que essa *regra única* da sintaxe dos clíticos no PB (p. 762 – 763):

[...] levou ao surgimento de um fenômeno interessante, exclusivo da nossa língua no conjunto das línguas românicas: a colocação de IP oblíquos **proclíticos ao particípio passado**, longe do auxiliar. Ninguém percebe isso como erro, pois essa

sintaxe já está tão incorporada à gramática da nossa língua que aparece abundantemente nos textos escritos mais monitorados, para não falar na literatura.⁵

E traz como exemplos (p. 763, grifos do autor):

[29] Não fosse o refém uma pessoa com o destaque de Sílvio Santos, **teriam** tantas autoridades **se posto** à volta da vítima e o próprio governador **se abalado** porque assim queria o criminoso? (Jânio de Freitas, *Folha de São Paulo*, 31/08/2001, primeira página)

[30] Foi nessa época também que encontrou Max Bill, expoente da arte concreta na Europa, de quem tornou-se amigo. Em 1950, Max Bill **havia exposto** no Masp e **se tornado** uma influência poderosa entre artistas e intelectuais brasileiros. (Flávia Rocha, *Bravo!*, abril de 1998, p. 62 – 63).

[31] Os números de Altamiro Castilho são impressionantes: aos 76 anos de idade, está com 57 de carreira, **tendo composto** 200 obras, **gravado** 111 discos e **se apresentado** em 48 países. (*Bravo!*, julho de 2001, p. 128 – 129)

Bagno ainda afirma que “É muito curioso [que] os mesmos defensores mais estritos do purismo linguístico [...] não só deixem passar sem comentários negativos a próclise ao participio como também a empreguem em seus escritos” (p. 763). Assim, segundo ele, “podemos sistematizar as ocorrências da **regra única de colocação dos clíticos**” como mostrado na tabela abaixo:

REGRA ÚNICA	AMBIENTE SINTÁTICO	EXEMPLO
No PB os clíticos se posicionam sempre antes do verbo principal (próclise).	Início de frase	<i>Me</i> incomoda muito o comportamento da Ana.
	Aux + infinitivo	A Ana disse que pode <i>te</i> ajudar.
	Aux + part. pass.	A Ana estava <i>te</i> procurando.
	Aux... part. pass.	A Ana tinha chegado de manhã e <i>me</i> telefonado.
	Imperativo	<i>Se</i> vire para eu ver como ficou a saia!

Legenda: tabela-resumo do uso dos pronomes oblíquos no PB, segundo Bagno (2012).

Label: Summary table of BP object pronouns usage, according to Bagno (2012).

⁵ Bagno utiliza a sigla IP referindo-se a *índices pessoais*.

Além disso, Bagno também aborda o uso dos pronomes pessoais retos como objetos do verbo no PB, quando fala sobre os pronomes de não pessoa, referindo-se aos pronomes *ele / ela / eles / elas*. Segundo o autor (p. 796),

Do ponto de vista histórico, vimos que os índices de pessoa *eu, tu, nós, vós* procedem diretamente do latim e, mais remotamente, do protoindo-europeu. Já as formas *ele / ela / eles / elas* só apareceram muito depois, na fase do latim vulgar e, em seguida, nas línguas românicas. O caráter anafórico, de retomada de sintagmas nominais antes enunciados, é que faz dessas palavras verdadeiros *pronomes*. Ao contrário dos índices pessoais (IP), somente os pronomes da não-pessoa podem variar em gênero e em número, uma vez que não apontam para os interlocutores (cujo gênero e número é conhecido, pois estão *in praesentia*), mas remetem a algo ou a alguém fora do contexto de interação imediato, *in absentia*. Além disso, enquanto os IP só apontam para seres humanos (ou seres humanizados ficcionalmente), o pronome de não-pessoa (ÑP) pode se referir a todo e qualquer objeto inanimado, abstrato, além, é claro, de se referir também a seres humanos.

Ele diferencia, assim, esses pronomes dos *índices pessoa eu, tu, nós, vós* e considera-os passíveis de funcionamento como objeto direto de um verbo. Segundo ele, o uso dos clíticos *o/a/os/as* é muito raro, já que

[...] esses clíticos **não fazem parte da gramática do PB contemporâneo**. Eles ocorrem exclusivamente na atividade linguística dos falantes urbanos mais letrados, esporadicamente na língua falada, mas principalmente na **escrita de gêneros textuais mais monitorados**. (p. 797, grifos do autor).

Dessa forma, o uso dos pronomes de não pessoa (e flexões) como objeto direto é, inclusive, uma **característica** do PB. O uso desses pronomes de não pessoa (*ele/ela/eles/elas*) como objetos diretos é muito estabelecido em PB, em todas as regiões do país e em todos os estratos sociais. Conforme Bagno, a ocorrência de *ele/ela/eles/elas* no lugar de *o/a/os/as* é muito maior e, por sua vez, as ocorrências de **objeto nulo** são maiores ainda.

Nos exemplos 32 – 34 abaixo, aparece um dado de que ainda não se falou e que se mostra como o mais recorrente em PB: o uso do **objeto nulo**, que o autor também chama de *anáfora-zero*. A *anáfora-zero* é a elipse do objeto direto de não pessoa, muito frequente no PB. O autor dá os seguintes exemplos como possíveis em PB, porém variáveis em frequência (p. 470):

[32] Procurei *o gato* pela rua toda, mas não **o** encontrei em lugar nenhum.

[32] Procurei *o gato* pela rua toda, mas não encontrei **ele** em lugar nenhum.

[33] Procurei *o gato* pela rua toda, mas não encontrei **Ø** em lugar nenhum.

[34] Procurei *o gato* pela rua toda, mas não encontrei **o gato** em lugar nenhum.

Ele reitera, ainda, sua afirmação de que o objeto nulo é o mais recorrente em PB, trazendo, portanto, uma análise também bastante fiel ao que se encontra no dia a dia em relação ao uso desses pronomes.

4 Últimas palavras

Em relação ao primeiro objetivo deste texto, ou seja, *discutir o conceito de norma culta do PB, visando refletir sobre as variedades linguísticas que são utilizadas pelos brasileiros no dia a dia e a variedade que é ensinada para o aluno de PLA*, concluímos que, em primeiro lugar, continua sendo importante *fazer menção* a formas gramaticais mais conservadoras, mesmo que não sejam muito usadas, para que o aluno saiba o que elas significam caso as encontre e saiba utilizá-las caso o contexto exija. Entretanto, a variedade aqui chamada de *norma culta*, ou seja, o português falado pela grande maioria dos brasileiros escolarizados no dia a dia, na fala e cada vez mais na escrita, deve ser a base do trabalho dos professores de PLA. Assim, é necessário expor, para cada variedade, ou para cada *norma*, em que gêneros discursivos o aluno poderia as encontrar e em que situações seria conveniente usar cada uma delas.

A respeito do segundo objetivo deste texto, *discutir as análises dos pronomes oblíquos apresentadas em duas gramáticas recentes do PB* (PERINI, 2010; BAGNO, 2012), *tendo em vista uma descrição que seja adequada para o ensino de português a esse público*, tanto a gramática de Bagno (2012) como a de Perini (2010) mostraram-se bastante atualizadas e adequadas para esse objetivo. Ambas são bastante coerentes com suas propostas de descrição do português brasileiro atual e parecem fornecer boas explicações e descrições a respeito da gramática do PB para o professor de Português como Língua Adicional.

A gramática de Perini, ainda que se destine ao público “universitário”, como alerta o autor em sua introdução, é bastante prática, pois concentra de forma muito organizada os conteúdos relacionados entre si. Trata as questões de variação do PB com muita liberdade, porém com a devida cautela. A gramática de Bagno não chega a ser prática, uma vez que tem mais o perfil de *compêndio* do que de gramática propriamente dita. Apesar de se dizer *pedagógica*, na prática pode não ser a melhor opção de consulta rápida e frequente para o professor – e sim um bom material para ser estudado, com calma e tempo.

No entanto, é bom lembrar que gramática não é um livro destinado ao uso na sala de aula de língua adicional, mas um livro de apoio muito importante para o professor; um “manual” de estudos, de consulta. Acreditamos que o mestre responsável pelo ensino do

conteúdo deve ter um conhecimento gramatical explícito e muito bem consolidado para que possa, em conjunto com sua experiência docente, selecionar os conteúdos que serão trabalhados e a forma como apresentá-los aos alunos, usando, ou não, instruções gramaticais explícitas. Conforme Perini (2009, p. 1),

O conhecimento gramatical explícito é um instrumento essencial em tarefas como: planejar aulas; diagnosticar problemas individuais e propor soluções para os mesmos; planejar textos e exercícios; e planejar cursos devidamente graduados quanto à dificuldade. É, como se vê, trabalho de apoio, mas é fundamental, se se pretende dar ao ensino de uma língua a eficiência que o faz superior a simplesmente mandar o aluno comprar uma passagem para Paris, Chicago ou Salvador, postar-se em uma lanchonete e ficar ouvindo, na esperança de que com isso acabe aprendendo francês, inglês ou português.

Assim, como já seria esperado, é o professor que faz a grande diferença no processo de aprendizagem, já que cabe a ele selecionar o material adequado para suas aulas e seus estudos. Esse material, por sua vez, deve corresponder não apenas às concepções do professor (como um profissional atualizado) a respeito do seu objeto de trabalho, mas também visar aos objetivos do aluno, considerando suas aptidões e dificuldades. De maneira geral, considerando os conteúdos apresentados e a forma de apresentação destes, acreditamos que a gramática de Perini (2010) seja a mais eficiente para auxiliar o professor de PLA na sua tarefa diária de estudo, planejamento e organização de aulas e conteúdos.

Referências

BAGNO, M. **A norma oculta** – língua & poder na sociedade brasileira. 7. ed. São Paulo: Parábola, 7. edição, 2003 [2007].

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BORBA, F. S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

FARACO, C. A. Por uma pedagogia da variação linguística. In.: CORREA, Djane Antonucci. (org.). **A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo: Parábola. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. Disponível em <http://variacaolinguistica.files.wordpress.com/2011/06/faraco_por_uma_pedagogia_da_variacao_linguistica1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2. edição, 2011.

PABST, L. U. **Que gramática do português brasileiro usar no ensino de português como língua adicional?** 2012. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70706>>. Acesso em: 23 set. 2014.

PABST, L. U. & OTHERO, G. A. Pesquisando o português brasileiro: resenha de “Gramática do Português Brasileiro”, de Mário Perini. **Revista Entrelinhas**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, jan./jun. 2013, p. 122–124. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/4107>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

PERINI, M. A. Planejamento linguístico e ensino de línguas: o caso do português para falantes de espanhol. In: Semana de estudos linguísticos – português língua estrangeira, 2009, Buenos Aires. Buenos Aires: Instituto de Enseñanza Superior em Lenguas Vivas “Juan Ramón Fernández”, 2009.

_____. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

REY, A. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, Marcos. (org.). **Norma Linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

SCHERRE, M. M. P. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.